

14 — Os candidatos excluídos serão notificados nos termos do artigo 34.º do citado decreto-lei.

15 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia, local e hora da aplicação dos métodos de selecção, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 34.º e artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

16 — A lista de classificação final será notificada aos candidatos nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

17 — Regime de estágio:

17.1 — O estágio terá a duração de um ano, com carácter probatório, regendo-se pelo disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

17.2 — A frequência do estágio será feita em regime de comissão de serviço extraordinária ou contrato administrativo de provimento, consoante o estagiário possua ou não nomeação definitiva na função pública.

17.3 — A avaliação e a classificação final do estagiário competem ao júri do estágio e atenderão aos seguintes factores:

Relatório do estágio;  
Classificação de serviço obtida durante o período de estágio;  
Classificação obtida em curso de formação profissional, se for caso disso.

17.4 — A classificação final, expressa numa escala de 0 a 20 valores, será a resultante da média aritmética simples da classificação obtida em cada um dos factores referidos no n.º 17.3.

18 — Composição do júri — o júri do presente concurso, que é simultaneamente o júri do estágio, terá a seguinte constituição:

Presidente — Maria João Martins Lopes da Fonseca Pereira e Sousa, Directora de Departamento de Administração e Recursos Humanos;

Vogais Efectivos: — José António Quadros da Silva, Director de Departamento de Dinamização Sócio-Cultural e Mário João Ribeiro Sebastião, Técnico Superior de 1.ª classe da carreira de Educação Física;

Vogais suplentes: — Cláudia Isabel Martins dos Santos, Técnica Superior de 2.ª classe da carreira de Educação Física e João Miguel de Sousa Matos Lima, Técnico Superior de 1.ª classe da carreira de Educação Física.

O Presidente do Júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Foram observados os preceitos constantes dos n.ºs 1 e 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, tendo-se verificado a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial na BEP à data de 02 de Novembro de 2007.

#### ANEXO N.º 1

Ex.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé:

1 — (Nome)...., filho(a) de... e de..., natural de..., concelho de..., de nacionalidade..., nascido(a) em.../.../... (estado civil)... (situação militar, se for caso disso)...., portador(a) do Bilhete de Identidade n.º...., emitido em.../.../...., pelo C. I. C. de..., contribuinte fiscal n.º...., residente em..., com o telefone n.º.... (habilitações literárias)... (situação face à função pública, se for caso disso, com menção expressa da categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo), vem por este meio solicitar a V. Ex.ª se digne admiti-lo(a) ao concurso externo de..., aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º...., de.../.../....

(Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito ou por constituírem motivo de preferência legal, designadamente os previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, os quais só serão tidos em consideração pelo júri quando devidamente comprovados).

Mais declara sob compromisso de honra reunir os requisitos gerais de admissão estipulados no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho:

- Ter nacionalidade portuguesa;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico (quando obrigatório);
- Não estar inibido(a) do exercício de funções públicas ou interdito(a) para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

2 — A preencher pelos candidatos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de Fevereiro:

Mais declara, sob compromisso de honra, que detém:

Tipo de deficiência;  
Grau de incapacidade;  
Capacidade de comunicação, expressão.

Pede deferimento

(Local)...., de... de 2007

(Assinatura do(a) requerente)

Anexa os documentos seguintes:

- 1) ...;
- 2) ...;
- 3) ...;

16 de Novembro de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Manuel Possolo Morgado Viegas*.

2611068009

## CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

### Aviso n.º 23595/2007

#### Reclassificação de Paula Alexandra Cardoso Ferreira Rafael

Para os devidos efeitos, torna-se público que por despacho superior de 12 de Novembro de 2007, a funcionária Paula Alexandra Cardoso Ferreira Rafael, com a categoria de Técnica Profissional de 1ª Classe, é reclassificada ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000 de 9 de Setembro, para a categoria de Técnico Superior de Sociologia de 2ª Classe, escalão 1, índice 400.

16 de Novembro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

2611067165

### Aviso (extracto) n.º 23596/2007

#### Abertura de procedimentos concursais

Nos termos dos artigos 20 e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/06, de 07 de Junho e de acordo com o despacho do Sr. Presidente de 12 e 21 de Setembro de 2007, se encontra aberto e publicado em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt) a partir do 2.º dia da data de publicação do presente aviso e pelo prazo de 10 dias os procedimentos concursais para provimento dos seguintes cargos dirigentes:

Referência n.º 1 — Coordenador do Gabinete de Auditoria Interna, equiparado a Chefe de Divisão ( direcção intermédia do 2.º grau).

Referência n.º 2 — Chefe da Divisão de Informação Georeferenciada. ( direcção intermédia do 2.º grau).

20 de Novembro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

2611067134

### Rectificação n.º 2026/2007

#### Rectificação do aviso n.º 21 009/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208 de 29 de Outubro

#### Concurso externo de ingresso para estagiário técnico superior de geografia

Para os devidos efeitos informa-se que, por lapso, não consta no referido aviso o nome da candidata Raquel Maria Gomes Miranda, que está admitida ao concurso, tendo à data sido já efectuada notificação postal.

19 de Novembro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos, a Directora de Departamento, *Cristina Silva*.

2611067139